

Orçamento **A CPI chegou aos sindicatos!**

Quando se concluírem os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, ninguém poderá acusar os que distribuíram subvenções sociais a torto e a direito de terem sido movidos, em

sua sede de amenizar as agruras do povo brasileiro, por preconceitos de classe ou ideológicos. A descoberta de que alguns milhares de sindicatos operários ou patronais, até mesmo de au-

tônomos, foram contemplados ao arrepio da lei com verbas do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) mostra que muitos são os que deverão, um dia, prestar contas do dinheiro que retiraram dos 32 milhões de miseráveis. Não se sabe, nesse caso, quem mais estigmatizar: se o deputado que concedia a verba e por sua liberação se empenhava, se o sindicato que recebia fora das normas legais, se o CNSS que liberava as verbas, mesmo sabendo que não poderia fazê-lo. Ou, então, o Tribunal de Contas da União, que teria decidido não ter responsabilidade pela fiscalização de verbas alocadas a título de assistência social.

O senador Luís Alberto (PTB-PR) ficou estarrecido com o que pôde verificar no CNSS: 3.500 sindicatos foram beneficiados durante anos com verbas de assistência social, em flagrante desrespeito à lei, que estabelece que não poderá ser contemplada com verbas desse tipo entidade que distribui benefícios apenas a seus próprios membros, ou proprietários e respectivas famílias.

Choca não apenas que o nome do deputado João Alves apareça ligado a essa ação. Espanta que não seja apenas ele; que apareçam como doadores fora da lei, entre outros, o deputado Paulo Octávio (PRN-DF) que distribuiu verbas para o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal, sendo ele incorporador; e o deputado João Paulo (PT-MG), que destinava sua quota nas emendas ao sindicato dos metalúrgicos de Monlevade, do qual foi presidente antes de entrar na política e assim por diante. Choca mais, no entanto, verificar que há sindicatos de jornalistas de muitos Estados envolvidos na trampolinice. Conceda-se

que os sindicatos não representam a categoria — embora dela se sirvam para cobrar contribuições que apenas reforçam o poder da burocracia sindical e o corporativismo da vida nacional. Fica mal, no entanto, para quem fala em nome

da categoria dos jornalistas, participar de trama com dinheiro público. Coisa tão mais chocante, quando se vê, por uma prestação de contas malfeita pelo sindicato de Brasília, que a verba

destinada a "benefícios sociais" foi gasta em "refeições externas"...

Não apenas os sindicatos de jornalistas estão nesse rol; também sindicatos rurais, o das pequenas e médias empresas de Brasília, uns filiados à CUT, outros não. Indício mais que veemente de que o mal de que se acusam os "anões" da Comissão do Orçamento do Congresso e quantos estão sendo investigados pela CPI (não se sabe até quando) atingiu amplos setores da sociedade, muitos deles insuspeitos até agora.

O que merece ser ressaltado nas descobertas do senador Luís Alberto é a participação do Executivo na execução desse plano bem concertado para assaltar o Tesouro Nacional. O CNSS sabia da ilegalidade da concessão, e apesar disso as verbas eram liberadas. Esse um ponto a notar; outro, segundo palavras do senador, é a desorganização dos serviços, uma tal desordem que seguramente seria difícil saber a situação dos sindicatos beneficiados — é que muitos deles levavam anos para prestar contas e ninguém se importava com isso. Ou seja, o Executivo também tem sua parcela de culpa e é preciso que se diga quais foram os funcionários, subalternos ou bem posicionados na hierarquia, escriturários ou ministros, que permitiram por ação ou omissão que a desmoralização do serviço público chegasse ao ponto que chegou. A CPI pode arrolar esses nomes — e é estranho que até agora não se tenha notícia de que, apesar de tudo o que se encontrou na área do Ministério da Ação Social, a sra. Margarida Procópio continue gozando das delícias de sua grande mansão, sem receio de ser importunada por deputados e senadores bisbilhoteiros.

A CPI do Orçamento descobriu a cumplicidade de sindicatos com a fraude